

CARTA DE REIVINDICAÇÕES



IBCM



Porto Alegre, RS 29 de maio de 2024

Exmº Sr **Paulo Roberto Severo Pimenta**
Ministro Extraordinário pela Reconstrução do Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul atravessa sua maior tragédia climática da história, incontáveis vidas foram ceifadas pelas águas e milhares de pessoas perderam tudo, levando o Estado a decretar estado de Calamidade Pública através do decreto nº 57.600 onde definiu que um total de 340 municípios enquadrados como estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência.

E não foi diferente com o efetivo da nossa Brigada Militar e Bombeiros Militares, como parte integrante da sociedade e cidadão dos municípios, também foram atingidos de forma cruel pelas águas (cerca de 1500 servidores), o diferente ou melhor dizendo, como sempre os nossos Brigadianos e Bombeiros apesar das perdas, **NÃO PARARAM**, foram as ruas alagadas salvar vidas, dar segurança as equipes de resgates e proteger bens dos gaúchos. Mas terminada a missão muitos de nossos policiais e bombeiros terão que retornar à realidade de ter perdido tudo e ter que reconstruir não somente o patrimônio como a vida.

Diante dessa realidade solicitamos vossa intervenção nas pautas que se seguem, que visam amenizar a situação dos nossos profissionais da segurança pública, força de trabalho que foi e será fundamental na reconstrução do nosso Estado:

- 1. Para os que perderam totalmente sua residência.** Seja dispensado o enquadramento da faixa 1 e 2 do Programa Minha Casa Minha Vida para Policiais e Bombeiros Militares que tiveram suas residências perdidas, para assim terem condições de aquisição de residência subsidiada pelo Governo Federal (casa totalmente custeada pelo Governo);
- 2. Para os que tiveram perdas materiais, sem perda total da residência.** Seja disponibilizada linha de crédito pessoal com juros subsidiados pelo Governo Federal, para aquisição de móveis, reforma da residência e consertos gerais;
- 3. Para quem não perdeu totalmente a residência, mas deseja adquirir outra fora da área inundada.** Seja disponibilizada linha de crédito especial para aquisição de imóveis com juros subsidiados pelo Governo Federal, sem análise de crédito, visto Policiais e Bombeiros não disponibilizarem de FGTS, devido seu regime estatutário;



4. Esclarecimento do Governo Federal sobre as restrições do Governo do Estado em virtude da suspensão do pagamento da dívida com a união. Ex. Embora não possa dar aumento salarial ao funcionalismo, ***NÃO HÁ RESTRIÇÃO DE CONCEDER REPOSIÇÃO DA INFLAMAÇÃO DOS ÚLTIMOS ANOS***;

5. Isenção do IRPF por seis meses para moradores da região Sul do Brasil;

6. Compra de imóvel utilizando verba de precatório, já existe lei estadual regulando o tema;

7. Alteração na preferência de recebimento de precatórios, trazendo os atingidos pela enchentes para mesma condição de precedência de pessoas com doenças graves;

8. Antecipação do pagamento dos precatórios previsto para 2025 para serem pagos em 2024, proposta em que a OAB está levando ao CNJ;

9. Possibilidade de instituições de saúde vinculadas aos servidores sejam subsidiadas na aquisição de equipamentos, reestruturação e ampliação do atendimento, tendo em vista que a totalidade dos servidores da Brigada Militar e Bombeiros Militares estarem sendo empregados nas condições sanitárias de extremo perigo.

Respeitosamente,

Aparício Santellano – Presidente da ASSTBM

Maico Volz – Presidente da ABAMF / BM

Paulo Ricardo da Silva – Presidente da AOFERGS

Daniel Lopes dos Santos - Presidente da IBCM